

Narrativas Tácitas: Os Significados dos Arquivos

Ketelaar, E. Tacit narratives: The meanings of archives. *Archival Science* 1, 131–141 (2001)¹

João Victor Lourenço de Castro²

Mestre em História Social
Universidade de São Paulo (USP)
joaovictorlcastro@gmail.com

Luccas Eduardo Castilho Maldonado³

Doutorando em História
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
luccas_eduardo@hotmail.com

Recebido: 06/11/2025

Aprovado: 05/06/2026

Resumo: Arquivistas e historiadores geralmente consideram os arquivos como repositórios de fontes históricas e o arquivista como um guardião neutro. Sociólogos e antropólogos veem “o arquivo” também como um sistema de coleta, categorização e exploração de memórias. Os arquivistas estão hesitantemente reconhecendo seu papel na formação de memórias. Defendo que os fundos de arquivo, seus documentos, suas instituições e os seus sistemas contêm narrativas tácitas que devem ser desconstruídas para entender os significados dos arquivos.

Palavras-chave: arquivologia, mediação, narrativas, pós-modernismo, memória social

Novas possibilidades

Uma abordagem crítica está no coração do esforço de arquivamento. É até pós-moderno: o pai do pós-modernismo, Lyotard, não igualou o pós-modernismo à incredulidade em metanarrativas, em grandes esquemas? Também poderíamos dizer com Anthony Giddens: a tradição não funciona mais e não pode ser citada como a razão de nossas ações. A ordem social pós-tradicional de Giddens não é aquela em que as tradições desaparecem – longe disso. As tradições tornam-se abertas ao interrogatório e ao discurso. Tal sociedade pós-tradicional é uma sociedade global, onde as tradições são colocadas em contato umas com as outras e forçadas a “se declarar” (Giddens, 1994).

¹ Tradução completa.

² Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

³ Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esse questionamento crítico da tradição abre um mundo de possibilidades. Como observou Pat Oddy (1997, p. 309), da Biblioteca Britânica, “A biblioteca pós-moderna é uma biblioteca onde seguranças foram perdidas, mas onde as liberdades foram conquistadas”. O mesmo se aplica ao arquivo pós-moderno. Podemos, no entanto, já falar de pós-modernismo no sentido pretérito – para alguns isso pode ser um alívio. De qualquer forma, o pós-modernismo “não tem sido tanto a relativização da verdade (a ponto de torná-la irrelevante), mas sim a multiplicação da perspectiva”, como observou um de meus colegas de Amsterdã, Niek van Sas (2000, p. 172).

Pesquisadores de arquivos e arquivistas estão explorando uma multiplicação de perspectivas. Eles estão aprendendo (ou reaprendendo) com antropólogos, sociólogos, filósofos, teóricos culturais e literários: olhar para cima a partir do registro e através do registro, olhando além de – e questionando – suas fronteiras, em novas perspectivas vendo com o arquivo – para usar a magnífica expressão de Tom Nesmith (1997) –, tentando ler suas narrativas tácitas de poder e conhecimento (Cook, 2001, p. 3-24).

Arquivação e arquivização

Contudo, para onde olhar? De acordo com a leitura de Jacques Derrida sobre Freud, o arquivo físico externo é apenas uma impressão da psique privada invisível (Brothman, 1996, p. 191-192). Ambos são traços, um interno, outro externo. Mais recentemente Derrida argumentou que a arquivização (a tradução inglesa de *archivation*) está consignando, inscrevendo um traço em algum local externo, algum espaço de fora: “Pertence ao conceito do arquivo que ele seja público, justamente porque está localizado. Você não pode manter um arquivo dentro de si mesmo – isso não é um arquivo”.⁴

O arquivo tem diferentes fases. O arquivamento no sentido habitual (de Webster: “arquivar ou coletar como registros ou documentos em ou como se estivessem em arquivo”) é entendido principalmente como a atividade que se segue à criação de um documento. A teoria arquivística, no entanto, leva o arquivamento a uma fase adiante: no front-end de um sistema de manutenção de registros, os documentos são capturados, ou seja, aceitos pelo sistema. A arquivização⁵ vai além da

⁴ Agradeço aos editores por terem compartilhado os impressionantes artigos apresentados em um seminário organizado pela Universidade de Witwatersrand em 1998, que serão publicados em um volume em breve (Hamilton, 2002).

⁵ O termo *archivation* foi primeiramente usado na década de 1990 pelo filósofo francês Bernard Stiegler (Chabin, 1999, p. 66). Arquivistas franceses, entretanto, usam os termos equivalentes *archivéconomie* ou *archivage* (Delmas, 2001, p. 28). Paul

captura, inclui a fase criativa anterior. Antes da arquivização, no entanto, há outro “momento da verdade” (Stuckey, 1997, p. 270). É a arquivização, um neologismo que inventei, designando a escolha consciente ou inconsciente (determinada por fatores sociais e culturais) de ponderar se algo vale a pena arquivar (Ketelaar, 1999a, p. 54-61; 2000a, p. 328-329). A arquivização precede o arquivamento. O holofote da arquivização tem que varrer o mundo para que algo se acenda no sentido arquivístico, antes de procedermos ao registro, à gravação, à inscrição, em suma, antes de arquivá-lo. “O que o holofote torna visível”, Karl Popper (1971, p. 260) escreveu “dependerá de sua posição, de nossa maneira de dirigi-lo e de sua intensidade, cor, etc.; embora, é claro, também dependerá em grande medida das coisas iluminadas por ele”. Ao diferenciar a arquivização da inscrição ou arquivamento subsequente, que é seguida pela captura e arquivamento, obtemos uma melhor compreensão das narrativas tácitas do arquivo.

Constituindo o evento

O arquivo reflete as realidades como são percebidas pelos ‘arquivadores’. Como James Scott (1998, p. 82-83) argumenta em *Seeing Like a State* – resumindo seu livro:

os construtores do estado-nação moderno não se limitam a descrever, observar e mapear; eles se esforçam para moldar um povo e uma paisagem que se encaixem em suas técnicas de observação... praticamente não há outros fatos ao estado além daqueles contidos nos documentos.

Essa reificação social (Desrosières, 1990, p. 208) não é monopólio do Estado. É uma consequência do tipo panóptico, o nome dado por Oscar Gandy (1993; 1996, p. 132-155) ao sistema de vigilância disciplinar utilizado pelo governo e pelo setor privado, usando um complexo de tecnologias que envolvem a coleta, o processamento e o compartilhamento de informações sobre cidadãos, funcionários e consumidores – informações que são usadas para coordenar e controlar seu acesso aos bens e serviços na vida cotidiana. A coleta de informações constitui indivíduos, escreve Mark Poster (1990, p. 96), reforçando o argumento de Michel Foucault (1977, p. 189-190) sobre o “poder da escrita”.⁶ Tal reificação pode estar ligada ao argumento de Derrida (1996, p. 17) de que os arquivos não servem apenas para preservar um conteúdo arquivável do passado. Não, a própria vida e

Ricoeur (2009, p. 209, 211) utiliza o termo *archivation* no sentido de registrar o testemunho oral e em seguida reservar, montar e coletar essas informações.

⁶ Conferir também Poster (1996, p. 185).

a sua relação com o futuro são determinadas pela técnica do arquivamento. “A arquivação produz tanto quanto registra o evento.”

Uma fotografia não é apenas um registro: ela constitui o evento. Pense nas fotografias da bandeira hasteada em Iwo Jima (por Joe Rosenthal, 23 de fevereiro de 1945) e no Reichstag de Berlim (por Yevgeni Khaldei, 2 de maio de 1945) (Bradley, Powers, 2000). Pense também na foto que você tira da sua família: faz-se um registro desse pequeno grupo, mas também ocasiona-o. A realidade que registramos e a maneira como registramos são induzidas por fatores socioculturais. Um influencia o outro.

A tecnologia muda o arquivável

Derrida (1996, p. 17; 2001) está certo ao assumir que “a mutação na tecnologia muda não apenas o processo de arquivamento, mas o que é arquivável – isto é, o conteúdo do que tem que ser arquivado é alterado pela tecnologia.” O estilo discursivo de um e-mail é bem diferente do de uma carta escrita à mão. O conteúdo também é diferente, mesmo que apenas porque o intervalo de tempo entre o remetente e o destinatário foi reduzido para segundos, em vez de dias, semanas ou mesmo meses como no passado (John, 2000, p. 55-105; Giddens, 1985, p. 174-178). Essa redução é uma forma do que Anthony Giddens chama de distanciamento (de tempo e espaço) envolvendo modos de poder e controle: o conhecimento de que um e-mail pode influenciar imediatamente uma situação influencia as relações de poder na tomada de decisões e na prestação de contas, diferindo largamente da maneira como costumava ser quando o remetente – em Batávia, por exemplo – sabia que uma resposta da Holanda poderia levar vários meses.⁷

As tecnologias de criação, manutenção e uso de registros coloreem o seu conteúdo e também afetam sua forma e estrutura. Isso é verdade mesmo para as tecnologias aparentemente inocentes de classificação e armazenamento, como Richard Brown (1991/1992, p. 50) e Tom Nesmith (1997), entre outros (Stoler, 1998), deixaram claro. Os mantenedores de registros estão, de acordo com Brian Brothman (1991, p. 82), “criando valor, isto é, uma ordem de valor, ao colocarem as coisas no seu devido lugar, ao criar um espaço(s) para elas”. Numerosas narrativas tácitas estão escondidas na categorização, codificação e rotulagem (Bowker, Star, 1999). Nos arquivos coloniais das Índias

⁷ Sobre o “distanciamento”, onde a sociedade é estendida sobre um intervalo mais curto do tempo e espaço, cf. Giddens (1995, p. 90-108).

Holandesas, a antropóloga Ann Stoler encontrou informações sobre crianças em relatórios – classificados como secretos – sobre a situação política nas Índias Holandesas, porque foram enquadrados em uma visão social sobre o perigo do contato entre crianças brancas e ayas. Bill Russell (1984/1985, p. 72) deu outro exemplo no seu estudo sobre a manutenção de registros no Departamento Canadense de Assuntos Indígenas. Tanto os funcionários públicos que criaram os registros quanto os subsequentes gerentes de registros coloniais ou arquivistas estavam moldando conteúdos e contextos do registro.

Lembrar e esquecer

O arquivamento também envolve selecionar o que deve e o que não deve ser mantido. A memória do homem e da sociedade não pode reter tudo: ambos só conseguem se lembrar de algumas coisas, esquecendo-se de muito. Uma pequena parte de todos os registros se torna arquivo. Eles são trazidos para o que o modelo australiano de continuum de registros chama de dimensão de “pluralização”: os registros estão cruzando as fronteiras funcionais da organização e do ser, a fim de fornecer memória coletiva (Mckemmish, 1997). O guardião da fronteira é o arquivista. Ele ou ela decide o que deve cruzar a fronteira e o que não deve. Ao colocar alguns registros em um pedestal, como observou Tom Nesmith (1998), alteramos seu contexto e significado, infundimos um novo significado no registro, ao que resta da série e dos fundos, adicionamos novas narrativas ao arquivo e suas partes constituintes.

Contextos culturais e sociais

O arquivamento é um “regime de práticas” que varia em um determinado momento e em um determinado lugar.⁸ As pessoas criam, processam, avaliam e usam arquivos influenciadas consciente ou inconscientemente por fatores culturais e sociais. O que se aplica à manutenção de registros nas organizações, também se aplica aos arquivos como uma instituição social de uma nação (Ketelaar, 1997, p. 142-148; 2000b, p. 83-91). Contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos determinam as narrativas tácitas de um arquivo. Deve-se tornar esses contextos transparentes,

⁸ “Práticas são entendidas aqui como lugares onde o que é dito e o que é feito, regras impostas e razões apresentadas, o planejado e o garantido se encontram e se interconectam” segundo Michel Foucault (1991, p. 75).

podendo até ser visíveis, como se tenta fazer em um museu para reencenar o contexto em que o artefato foi feito (Ketelaar, 1998, p. 14; Hugh, 1995, p. 8-20).

Genealogia semântica

Contextos não apenas de criação de registros. A recontextualização (o termo é usado por Michael Ames (1992, p. 46, 141-143) e outros museólogos e antropólogos) ocorre em todas as fases da vida de um registro e em todas as dimensões do continuum de registros (Ketelaar, 1998, p. 14; Rowat, 1993, p. 198-204; Dussen, 1995, p. 21; Vaessen, 1996, p. 20), adicionando valores (ou subtraindo valores) do registro como um semióforo, para usar o termo de Krzysztof Pomian (1990) para artefatos de museu. Assim como os objetos em um museu, os registros derivam seu significado dos diferentes ‘invisíveis’ que constroem e das maneiras pelas quais os medeiam para os espectadores ou usuários.

Toda interação, intervenção, interrogação e interpretação pelo criador, usuário e arquivista é uma ativação do registro. O arquivo é uma ativação infinita do registro. Cada ativação deixa impressões digitais que são atributos do significado infinito do arquivo. Como David Bearman (1992, p. 41; 1994, p. 237) escreve:

Quando acessamos, transferimos, organizamos, podamos, documentamos e inventariamos materiais de arquivo, mudamos seu caráter, bem como aumentamos seu valor probatório e informativo. Os fatos de processar, exibir, citar, publicar e gerenciar os registros tornam-se significativos para seu sentido como registros, o que não acontece com os materiais da biblioteca.

Não podemos mais considerar o registro como um artefato com fronteiras fixas de conteúdos e contextos. Em uma visão pós-tradicional – reforçada pelos desafios dos registros eletrônicos –, o registro é uma “construção mediada e em constante mudança”, como escreve Terry Cook (2001, p. 10). É aberta, mas fechada, é “membranosa”, a membrana permitindo a infusão e a expiração de valores que estão incorporados em cada ativação.

Derrida (1996, p. 68) escreve que toda interpretação do arquivo é um enriquecimento, uma extensão do arquivo. É por isso que o arquivo nunca é fechado. Ela se abre ao futuro. O arquivo, no pensamento de Derrida (1996, p. 18), não é apenas um abrigo do passado: é uma antecipação do futuro. Cada ativação do arquivo não apenas adiciona um ramo ao que proponho chamar de genealogia semântica do registro e do arquivo. Cada ativação também muda o significado de ativações anteriores.

É uma aplicação da causalidade retrospectiva de Freud. Permitam-me dar um exemplo. Os registros criados e utilizados por agências alemãs e holandesas durante a Segunda Guerra Mundial para dar conta do saque de bens judaicos continuaram a ser utilizados, após a guerra, por agências alemãs e holandesas nos processos de restituição e reparação. O mesmo registro foi ativado repetidas vezes para fins diferentes, como é hoje ativado na busca por obras de arte saqueadas e perdidas e outros bens do Holocausto (Ketelaar, 1999b, p. 757-761; Schie, 2000, 257-273). O uso atual desses registros afeta retrospectivamente todos os significados anteriores, ou para colocá-lo de outra forma: não podemos mais ler o registro como nossos antecessores o leram.

O documento de arquivo não é um simples artefato, um arquivo zip que se abre com um toque no teclado. O documento não se abre sozinho, nem fala por si mesmo, mas apenas por inferência de sua genealogia semântica (Harris, 1997, p. 136; 2000, p. 20). Também não fala por si porque apenas ecoa o que o pesquisador sussurra, apenas diz o que o pesquisador quer que o documento diga. “Os acadêmicos (incluindo os arquivistas) não são, e nunca poderão ser, exteriores aos seus objetos” (Harris, 2000, p. 96).

Lendo o arquivo

A genealogia semântica do arquivo membranoso será vista por alguns como uma ameaça aos valores tradicionais como autenticidade, originalidade e singularidade. Mas não deveríamos enfatizar mais o poder do arquivo? O arquivo como “repositório de significados”, os significados multifacetados e de múltiplas camadas ocultos na arquivização e no arquivamento, que podem ser desconstruídos e reconstruídos, depois interpretados e usados pelos acadêmicos, repetidamente. Hoje lemos outras coisas no arquivo do que a próxima geração lerá e assim por diante, ad infinitum.

A genealogia semântica oferece a oportunidade para qualquer construção ou desconstrução do que todas as pessoas envolvidas na criação e no uso dos arquivos podem ter significado na arquivização e arquivamento. Essa reconstrução e desconstrução não é o fim do arquivo, só é possível vendo com o arquivo (Nesmith, 1997). A museóloga Eilean Hooper-Greenhill (1992, p. 215) escreveu:

Os significados não são constantes e a construção de sentido sempre pode ser compreendida novamente, em novos contextos e com novas funções. O potencial radical dos museus reside precisamente nisso. Enquanto museus e galerias permanecerem como repositórios de artefatos e espécimes, novas relações sempre poderão ser construídas, novos significados sempre poderão ser descobertos, novas

interpretações com novas relevâncias poderão ser encontradas, novos códigos e novas regras poderão ser escritos.

A conclusão análoga para os registros é alcançada por Carolyn Heald (1996, p. 101),⁹ que afirma:

Os registros existem de fato; eles só precisam ser desconstruídos/lidos, não através de lentes objetivas, mas através de subjetivas...Evidências físicas podem dizer tanto ou mais sobre um documento e seu contexto quanto o próprio conteúdo informativo.

Storytelling

A intervenção arquivística tem a ver com contar histórias, como argumenta de forma convincente o acadêmico sul-africano de arquivística Verne Harris (2000, p. 86-88). Em todas as fases da trajetória do registro, algum “arquivador”, ao ativar o registro, conta uma história. Temos que documentar essas histórias (Ames, 1992, p. 141-144; Cook, 2001, p. 24). Em primeiro lugar, para aumentar a responsabilidade de todos os “arquivadores” por suas decisões, conforme prescreve o Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos.¹⁰ Beth Kaplan (2001, p. 11) critica com razão a falta de padrões que exijam que os arquivistas documentem suas decisões, revelem seus métodos ou expliquem suas suposições.¹¹ Mas também para reconstruir o caminho que os registros seguem do criador aos arquivos e, como Laura Millar (2001, p. 15) defende, para restaurar a conexão entre “a realidade dos registros nas mãos de seus criadores e esses mesmos registros em uma instituição arquivística”. Por quem, quando, por que e como o arquivo foi criado? Onde ficava o arquivo, no cofre ou no quarto? Quem usou o arquivo no primeiro, segundo e enésimo lugar quando, por que e como? Quem fez a avaliação, quando, por que, como? Et cetera. Todas essas histórias constituem a genealogia do registro, mais dinâmica e mais eficaz do que o tradicional histórico de proveniência e de custódia. O novo conceito de proveniência, conforme proposto recentemente por Tom Nesmith (1999, p. 146), “consiste nos processos sociais e técnicos de inscrição, transmissão, contextualização e interpretação dos registros que explicam a sua existência, características e história contínua”.

⁹ Conferir também Appadurai (1988, p. 5).

¹⁰ Disponível em www.ica.org. Parágrafo 5: “Os arquivistas devem registrar e ser capazes de justificar suas ações sobre o material arquivístico”. O comentário ao código inclui: “Os arquivistas devem manter um registro permanente documentando de aquisições, conservação e todo o trabalho arquivístico realizado”.

¹¹ Conferir também Ruller (1992, p. 65-73). A maioria das discussões a respeito está ocorrendo a portas fechadas (Picot, 2000, p. 128).

As histórias ressoam, nas palavras de Verne Harris (1997, p. 136), as vozes dos autores dos documentos, dos burocratas, dos arquivistas e dos pesquisadores que usaram e gerenciaram os arquivos. Essas vozes devem ser gravadas e recuperadas. A recuperação de camadas de intervenção e interpretação, escreve Harris, é sobre o contexto. Concordo: uma vez que não mais presumirmos que há apenas uma realidade, um significado ou uma verdade, mas muitos, nenhum melhor do que o outro, poderemos tentar encontrar esses múltiplos significados interrogando não apenas o contexto administrativo, mas também os contextos social, cultural, político e religioso da criação, manutenção e uso dos registros – em outras palavras, interrogando a genealogia semântica do arquivo.

Referências bibliográficas

- AMES, Michael M. **Cannibal Tours and Glass Boxes**. Vancouver: University of British Columbia Press, 1992.
- APPADURAI, Arjun. Introduction: Commodities and the Politics of Value. In: APPADURAI, Arjun (org.). **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BEARMAN, David. **Electronic Evidence. Strategies for Managing Records in Contemporary Organizations**. Pittsburgh: Archives & Museum Informatics, 1994.
- BEARMAN, David. Documenting Documentation. **Archivaria**, n. 34, 1992.
- BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan Leigh. **Sorting Things Out**. Cambridge: MIT Press, 1999.
- BRADLEY, James; POWERS, Ron. **Flags of Our Fathers**. New York: Bantam Books, 2000.
- BROTHMAN, Brien. Jacques Derrida, Archive Fever. **Archivaria**, n. 43, 1996.
- BROTHMAN, Brien. Orders of Values: Probing the Theoretical Terms of Archival Practice. **Archivaria**, n. 32, 1991.
- BROWN, Richard. Records acquisition strategy and its theoretical foundation: the case for a concept of archival hermeneutics. **Archivaria**, n. 33, 1991/1992.
- CHABIN, Marie-Anne. **Je pense donc j'archive**. Paris: L'Harmattan, 1999.
- COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, n. 1, 2001.
- DELMAS, Bruno. Archival science facing the information society. **Archival Science**, n. 1, 2001.
- DERRIDA, Jacques. Archive Fever. In: HAMILTON, Carolyn (org.). **Refiguring the Archive**. Cape Town: David Philip Publishers, 2001.
- DERRIDA, Jacques. **Archive Fever**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- DESROSIÈRES, Alain. How to make things which hold together: social science, statistics and the state. In: WAGNER, P.; WITTROCK B.; WHITLEY, R. (org.). **Discourses on Society**. Dordrecht: Kluwer, 1990.

- DUSSEN, Jan van der. **De musealisering van onze cultuur**. Venlo: Limburgs Museum, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Government Rationality: An Introduction. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (org.). **The Foucault Effect**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish**. New York: Pantheon, 1977.
- GANDY, Oscar H. Coming to terms with the Panoptic Sort. In: LYON, David; ZUREIK, Elia (org.). **Computers, Surveillance, and Privacy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- GANDY, Oscar H. The Panoptic Sort. **A Political Economy of Personal Information**. San Francisco: Westview Press, 1993.
- GIDDENS, Anthony. **A Contemporary Critique of Historical Materialism**. London: Macmillan Press, 1995.
- GIDDENS, Anthony. **Beyond Left and Right. The Future of Radical Politics**. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- GIDDENS, Anthony. **The Nation-State and Violence**. Cambridge: Polity Press, 1985.
- HAMILTON, Carolyn (org.). **Refiguring the Archive**. Cape Town: David Philip Publishers, 2002.
- HARRIS, Verne. **Exploring Archives: an Introduction to Archival Ideas and Practice in South Africa**. Pretoria: National Archives of South Africa, 2000.
- HARRIS, Verne. Claiming less, delivering more: a critique of positivist formulations on archives in South Africa. **Archivaria**, n. 44, 1997.
- HEALD, Carolyn. Is there room for archives in the postmodern world?. **American Archivist**, n. 59, 1996.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museums and the Shaping of Knowledge**. London: Routledge, 1992.
- HUGH, Taylor. "Heritage revisited": documents as artifacts in the context of museums and material culture. **Archivaria**, n. 40, 1995.
- JOHN, Richard R. Recasting the Information Infrastructure for the Industrial Age. In: CHANDLER, Alfred D.; CORTADA, James W. (org.). **A Nation Transformed by Information**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- KAPLAN, Elisabeth. **Practicing Archives with a Postmodern Perspective**. Texto apresentado no seminário: Archives, Documentation and the Institutions of Social Memory, organizado por Bentley Historical Library e International Institute of the University of Michigan, 24 January 2001.
- KETELAAR, Eric. Archivistics Research Saving the Profession. **American Archivist**, n. 63, 2000a.
- KETELAAR, Eric. De culturele context van archieven. In: HORSMAN, Peter J.; KETELAAR, Frederick C. J.; THOMASSEN, Theo H. P. M. (orgs.). **Context. Interpretatiekaders in de archivistiek. Jaarboek 2000 Stichting Archiefpublicaties**. Haia: Stichting Archiefpublicaties, 2000b.
- KETELAAR, Eric. Archivalization and Archiving. **Archives and Manuscripts**, n. 27, 1999a.

- KETELAAR, Eric. Understanding Archives of the People, by the People, and for the People. In: BINDENAGEL, James D. (org.). **Washington Conference on Holocaust-Era Assets Proceedings**. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, 1999b.
- KETELAAR, Eric. The difference best postponed? Cultures and comparative archival science. **Archivaria**, n. 44, 1997.
- KETELAAR, Frederick C. J. **Archivalisering en archivering**. Alphen aan den Rijn: Samsom, 1998.
- MCKEMMISH, Sue. **Yesterday, today and tomorrow: a continuum of responsibility**. In: Proceedings of the Records Management Association of Australia 14th National Convention, 15-17 Sept. 1997. Perth: RMAA, 1997.
- MILLAR, Laura. **Creating a National Information System in a Federal Environment: Some Thoughts on the Canadian Archival Information Network**. Texto apresentado no seminário: Archives, Documentation and the Institutions of Social Memory", organizado pela Bentley Historical Library e o International Institute of the University of Michigan, 24 de janeiro de 2001.
- NESMITH, Tom. Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the 'Ghosts' of Archival Theory. **Archivaria**, n. 47, 1999.
- NESMITH, Tom. **What is a Postmodern Archivist?** Texto apresentado no encontro anual da Association of Canadian Archivists, Halifax, Maio 1998.
- NESMITH, Tom. **Seeing with Archives: The Changing Intellectual Place of Archives**. Texto apresentado no encontro anual da Association of Canadian Archivists, Ottawa, 6 junho 1997.
- ODDY, Pat. Who dares, wins: libraries and catalogues for a postmodern world. **Library Review**, v. 16, 1997.
- PICOT, Anne. Ethical Meltdown: Accountability and the Australian Recordkeeping Profession. **Archives and Manuscripts**, n. 28, 2000.
- POMIAN, Krzysztof. **Collectors and curiosities**. Cambridge: Polity Press, 1990.
- POPPER, Karl. **The Open Society and its Enemies, 2**. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- POSTER, Mark. Databases as Discourse, or Electronic Interpellations. In: LYON, David; ZUREIK, Elia (orgs.). **Computers, Surveillance, and Privacy**. Londres, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- POSTER, Mark. **The Mode of Information**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- ROWAT, Theresa. The record and repository as a cultural form of expression. **Archivaria**, n. 36, 1993.
- RULLER, Thomas J. Dissimilar appraisal documentation as an impediment to sharing appraisal data **Archival Issues**, n. 17, 1992.
- RUSSELL, Bill. The White Man's paper burden: aspects of records keeping in the Department of Indian Affairs, 1860-1914. **Archivaria**, n. 19, 1984/1985.
- SAS, Niek van. Towards a New National History: Lieux de mémoire and Other Theaters of Memory. In: LEERSEN, Joep; RIGNEY, Ann (org.). **Historians and Social Values**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2000.

SCHIE, Henny van. Joodse tegoeden en archieven. Context in de praktijk. In: HORSMAN, Peter J.; KETELAAR, Frederick C. J.; THOMASSEN, Theo H. P. M. (orgs.). **Context. Interpretatiekaders in de archivistiek. Jaarboek 2000 Stichting Archiefpublicaties**. Haia: Stichting Archiefpublicaties, 2000.

SCOTT, James C. **Seeing Like a State**. Londres, New Haven: Yale University Press, 1998.

STOLER, Ann L. **Colonial Cultures and the Archival Turn**. Texto apresentado em uma conferência sobre arquivos e memória social. St. Petersburgo, maio 1998.

STUCKEY, Steve. Record creating events: commentary. **Archives and Museum Informatics**, n. 11, 1997.

VAESSEN, Jan. **“Over context”, Jaarboek 1996 Nederlands Openluchtmuseum**. Nimegue, Arnhem: SUN/Nederlands Openluchtmuseum, 1996.